

O ENSINO DA METALINGUAGEM COMO INICIAÇÃO EM EPISTEMOLOGIAS DO CONHECIMENTO

Rômulo da Silva Vargas Rodriguesⁱ

Resumo

Chama-se metalinguagem à utilização da língua para descrever, seja uma língua, seja a própria linguagem, ou ainda qualquer outro sistema de significação, inclusive, as ciências e doutrinas de desenvolvimento e acúmulo de conhecimento. Considera-se como linguagem, neste artigo, o uso que se faz da língua na operação do discurso. Assim, tem-se que uma metalinguagem é uma linguagem especializada, ou seja, um uso especializado da língua. Este artigo relata os resultados de uma pesquisa desenvolvida com o objetivo de compreender a influência do aprendizado da metalinguagem de uma dada ciência, disciplina ou área de conhecimento, para o desenvolvimento do estudante dessa dada ciência, disciplina ou área de conhecimento. Uma metalinguagem é capaz de conter os conceitos do conhecimento, possibilitando a sua transferência, tanto de um pesquisador a outro, quanto de uma língua a outra, através da tradução. O método utilizado foi a historiografia-linguística dos conceitos relacionados, a saber, metalinguagem, língua, linguagem, enunciação, linguagem comum e conhecimento; sintetizando, a partir desse ponto, como esses conceitos, agindo no processo de formação da metalinguagem de epistemologias do conhecimento, podem simplificar o aprendizado do conhecimento em si. A pesquisa foi realizada no campo teórico. O artigo demonstra como a linguagem comum é incapaz de alcançar qualquer metalinguagem, mas, ao contrário, toda metalinguagem pode se servir da linguagem comum. Esse fato impossibilita o leigo de compreender o conhecimento técnico-científico, necessitando, o leigo, de ser iniciado na área de conhecimento através do aprendizado da sua metalinguagem. Ao demonstrar que a metalinguagem pode ser ensinada previamente e que isso facilitará o acesso do estudante ao conhecimento, atinge-se o objetivo da pesquisa.

Palavras-chave: aprendizagem, ensino, metalinguagem, historiografia-linguística, enunciação

INTRODUÇÃO

Conforme Rodrigues (2007), Saussure (2002) compreende a linguagem como o conjunto amplo de sistemas de interação humana. Nesse conjunto se inclui a língua. Benveniste (2005), por sua vez, afirma que a linguagem, inclui a língua, porém, mais especificamente se refere ao uso que dela se faz. Quando se usa a língua de maneira que seus termos possam evocar conceitos, técnicas ou métodos específicos de uma epistemologia, esse uso específico da língua constitui uma metalinguagem, visto que o significado dos termos já não se constitui linguisticamente na operação das relações sintagmáticas e paradigmáticas (Saussure, 2002), mas a partir da lexicalização operada na epistemologia do conhecimento pertinente.

É comum ouvir afirmações como “o domínio da linguagem e a habilidade de ler e produzir textos escritos são indispensáveis para uma boa formação superior.” De fato, esses

questões são indispensáveis, porém, a questão é que há outros problemas de linguagem que necessitam atenção especial. Uma profunda discussão sobre o tema se apresenta como inadiável em nosso país. Aspectos como as variantes linguísticas e a tradição gramatical, que acirram uma disputa menos inócua que nefasta entre o conhecimento científico e o pensamento tradicional sobre linguagem; problemas de aprendizagem; o ensino de línguas estrangeiras tanto no nível Fundamental como no Médio; e todo o fraquíssimo desempenho da escola no Brasil, são apenas alguns dos fatores direta ou indiretamente relacionados à linguagem que necessitam de intenso debate no meio acadêmico e em toda a sociedade. Ao buscar atender a esse apelo dos fatos, o presente artigo pretende iniciar um debate acerca do emprego da metalinguagem como forma de iniciação da formação acadêmica dos estudantes do Ensino Superior.

MATERIAL E MÉTODOS

A partir da pesquisa historiográfico-linguística, problemas de ordem técnico-científica no emprego da linguagem no ensino foram levantados e são sintetizados neste artigo. O objetivo é apresentar uma proposta que faculte um incremento no desempenho da aquisição de conhecimento por parte dos discentes, de forma que seus esforços na aprendizagem e, conseqüentemente, em sua formação, possam alcançar pleno êxito, fluindo de maneira adequada. Nessa síntese são percorridos os conceitos de metalinguagem, língua, linguagem, enunciação, linguagem comum e conhecimento. Apesar da compreensão de que o mesmo princípio pode ser aplicado em qualquer área de conhecimento ou disciplina que seja sustentada por metalinguagem, optou-se por utilizar a metalinguagem da linguística e da gramática para construir os exemplos ilustrativos.

A Historiografia-Linguística é um ramo da linguística que utiliza a historiografia como método de síntese. O objeto de investigação é sempre o material textual, podendo seu enfoque recair sobre uma obra, um autor, seu método, ou sobre conceitos (Milani, 2011). Neste caso, o objeto investigado foi o conceito de metalinguagem. A partir do desenvolvimento da investigação, os demais conceitos supracitados se fizeram objeto para que o conceito principal pudesse ser adequadamente sintetizado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a antiguidade clássica o pensamento humano procura compreender a linguagem. São muitas as formas de conceber a linguagem. Desde a antiga concepção de representação, passando pela comunicação e chegando à interação, a linguagem sempre ofereceu desafios a seu conhecimento (Koch, 2000). O maior desses desafios talvez seja o próprio objeto deste estudo: a ferramenta para descrever o objeto é o próprio objeto. A descrição da linguagem se faz via linguagem. Esse fato cria a metalinguagem. Mas é preciso primeiramente compreender alguns detalhes no que diz respeito ao conceito de linguagem.

Recuando à filosofia antiga, encontramos a concepção de linguagem como representação do mundo e do pensamento. Aristóteles (2010), em *A Poética Clássica*, lança as bases do pensamento tradicional que ressoa forte ainda hoje. Conforme afirma Koch (2000), embora atualmente menos pessoas atestem a linguagem como forma de representar o mundo e o pensamento, essa concepção ainda tem adeptos.

A partir da Idade Moderna, a comunicação entre os seres humanos se intensifica, entrando em cena a concepção da linguagem como forma de comunicação. Essa concepção é bastante criticada por muitos estudiosos, entre eles Benveniste (2005) e Derrida (1991). Este último apresenta em *Assinatura acontecimento e contexto* uma análise minuciosa do problema. A comunicação pressupõe uma transferência. Se a linguagem permitisse uma transferência tal qual ocorre de fato entre meios de comunicação, a metáfora do “vaso” para se referir aos professores seria quase perfeita. O vaso carregado de conhecimento se despejaria sobre os vasos secos, fartando-os. Os estudantes, porém, mesmo atenciosamente dedicados a aprender, empreendem, muitas vezes, um caminho extremamente difícil, e nem sempre vitorioso. Num país onde o mais importante se tornou “passar”, e a promoção do estudante é um imperativo legal, é mais fácil desistir de aprender e aprender a passar, simplesmente. A transferência do conhecimento não se dá via linguagem. Ou, pelo menos, não no sentido de transferência. Mesmo uma simples história não será percebida por mais de um ouvinte da mesma maneira. Essas reflexões conduzem a uma terceira concepção de linguagem.

Na esteira do pensamento de Wittgenstein, Austin proporciona uma nova maneira de conceber a linguagem, a interação; isto é, a linguagem como ação entre as pessoas.

Wittgenstein (1995) apresenta o conceito de jogos de linguagem e Austin (1975) apresenta a teoria dos atos de fala, na qual analisa e categoriza os princípios da ‘ação linguística’. Nessa concepção, o professor não seria responsável por transmitir o conhecimento, mas por agir linguisticamente com a turma de forma que, na interação, o conhecimento se produza.

Do ponto de vista linguístico, a definição de linguagem também necessita atenção. A historiografia-linguística demonstra que o conceito de linguagem está longe de ser consenso. Em seu trabalho *A constituição dos conceitos de língua e linguagem em Saussure e Benveniste numa perspectiva historiográfica cronológica*, Rodrigues (2007), demonstra que autores importantes da linguística divergem sobre o que seja a linguagem. Para Saussure, considerado fundador da linguística, a linguagem equivale ao sistema formado por todas as maneiras de interação humanas. Assim, estariam no âmbito da linguagem não apenas a língua e seus usos, mas também outras formas de expressão, como as artes, a moda, os códigos de boas maneiras, etc. Já para Benveniste, só poderia ser chamado linguagem os aspectos verbais desse circuito. Assim, apenas a língua e seu uso oral e escrito na produção de textos é que se pode considerar linguagem.

Saussure (2002), em sua obra *Curso de linguística geral*, publicado em França em 1916, está em busca da definição do objeto da linguística, a língua. Para o pesquisador, a língua se restringe ao depósito mnemônico de um conjunto de regras capaz de gerar, na fala, o signo linguístico. Essas regras, que são o próprio signo linguístico, permitem aos usuários de um idioma compreender o significado do que um e outro dizem. A este aspecto Saussure chama o caráter social da língua, isto é, o fato de que o significado dos signos tem, na língua, mais ou menos o mesmo valor para todos os falantes. Como sua operação se realiza na memória, tem caráter psíquico. Porém, ao localizar a língua entre os fatos da linguagem, Saussure como sendo “multiforme e heteróclita” (op. cit, p. 17) e, portanto, não classificável, pertencendo ao mesmo tempo ao domínio social e individual.

A conclusão de Rodrigues (op.cit.) é a de que, para Saussure,

O conceito de linguagem é bastante amplo, contemplando todos os aspectos da interação humana e não apenas aqueles procedentes da língua. Tampouco Saussure sugere que todos os demais aspectos tenham se originado na língua, mas tão somente que a língua seria o indexador dos demais, o mais importante dos sistemas. O lingüista genebrino chega a falar em signos da moda e regras de polidez como sendo formas de interação social pela linguagem, as quais integrariam a completude do sistema social da linguagem. (Rodrigues, 2007, p. 84)

Benveniste, linguista siro-francês, foi professor na École Pratique des Hautes Études, em Paris, iniciou em 1933 suas publicações em linguística geral com um artigo sobre o signo linguístico. Benveniste desenvolveu alguns aspectos importantes em relação à pesquisa de Saussure. No que diz respeito à linguagem, há uma divergência conceitual digna de nota entre os dois estudiosos. Nas palavras de Rodrigues, Benveniste “tem uma definição bastante radical de linguagem, a de que esse termo seria aplicável exclusivamente aos aspectos da interação humana relacionados diretamente à língua” (op.cit. p.84). Em outras palavras, linguagem para Benveniste se resume ao conjunto de língua, fala, escrita e texto; sendo, a fala, a escrita e o texto exclusivamente verbais.

Embora se possa atingir a síntese do conceito de metalinguagem mais facilmente a partir do conceito de linguagem encontrado em Benveniste, o conceito saussuriano é merecedor de atenção. O debate entre esses dois teoremas é dos mais profícuos; contudo, evitar-se-á, neste artigo, estender mais sobre o caso a fim de não desviar o foco do objeto. Protestando, porém, manter os dois conceitos sob perspectiva. Além disso, a concepção da linguagem como interação social aparece a esta pesquisa como a mais adequada reflexão sobre a forma como a linguagem de fato é operada entre as pessoas.

Quaisquer cidadãos no exercício social de suas vidas, desempenhando os papéis comuns do cotidiano, servem-se da linguagem em um nível chamado “comum”. ‘Linguagem comum’ é, pois, um termo bastante aceito entre linguistas para se referir a um uso que se faz da língua que é de fato ‘comum’ a praticamente todos os falantes de um dado idioma. Como afirma Saussure (2002), o signo linguístico é o resultado da associação de um significante (sequência de fonemas) a um significado (conceito associado ao significante conforme as relações de valoração empreendidas pela gramática na operação linguística). Benveniste (2005), afirma que o signo linguístico pode ser compreendido entre o morfema e o período. O conceito de período é mais facilmente compreendido no texto escrito; quanto ao texto oral, há um trabalho bastante elucidativo, a Gramática do português falado, onde o conceito de período pode ser associado ao conceito de turno.

Assim, é entre o morfema e o período, ou entre o morfema e o turno que se realizam as operações chamadas por Saussure (2002) de relações sintagmáticas (aquelas responsáveis pela constituição da parte significante do signo linguístico, ou sua materialidade; isto é, a associação dos fonemas, na oralidade, ou das letras, na escrita) e relações paradigmáticas (as relações que, desde o morfema, operam a constituição do significado do signo linguístico consoante o modelo de cada língua). Assim é que “eu fui ao colégio” constitui-se de relações

sintagmáticas na associação dos fonemas para constituir morfemas; dos morfemas para constituir termos; e dos termos para constituir a frase. Já seu significado é operado na confluência dessas relações sintagmáticas com as de outra natureza, as relações paradigmáticas. A escolha do pronome “eu” encontra nessas relações paradigmáticas a oposição de termos pronominais que foram preteridos na construção, mas que, linguisticamente, estão constituindo o significado da palavra “eu”; por exemplo, as palavras “tu” e “nós”, bem como as palavras “ele”, “ela”, “eles” e “elas”. Em outras palavras, paradigmaticamente falando, o significado da palavra “eu” é dado na oposição desse sintagma aos demais sintagmas do sistema pronominal de função “sujeito”.

Nosso cérebro processa essas operações de maneira instantânea se dominamos a língua. A esse processamento Benveniste (1989) chamou “enunciação”. Enunciação é, portanto, a realização na memória das operações sintagmáticas e paradigmáticas que, por sua vez, constituem o enunciado tanto na sua forma física, quanto no conceito que se lhe associa.

A questão é que no uso comum da língua, na chamada ‘linguagem comum’, os conceitos são também comuns; ou seja, o processo de lexicalização empreendido pelas diversas áreas de conhecimento para lexicalizar ou relexicalizar termos escapa ao leigo. Krieger & Finatto (2004) demonstram que toda área de conhecimento, seja das ciências naturais, seja das ciências sociais e humanas, necessita, para consolidar seus conceitos, de definir os significados dos termos por empregados por tal área em caráter técnico. A esse processo se dá o nome de “lexicalização”, no caso de apenas se definir um significado específico, ou “relexicalização”, quando o termo tem seu significado alterado em relação, seja ao significado comum, seja a um significado técnico anterior.

Aqui se atinge mais uma vez o conceito de metalinguagem. A princípio, metalinguagem é o emprego específico da língua para tratar de assuntos pertinentes à própria língua e à linguagem como um todo. Porém, como demonstra Greimas (1973), a primeira metalinguagem, à qual se pode chamar metalinguagem de primeiro nível, é a gramática. Acima da gramática está a linguística, metalinguagem de segundo nível. Como Greimas (op.cit.) esclarece, a gramática é capaz de descrever a linguagem comum, enquanto a linguística é capaz de descrever tanto a gramática, quanto a linguagem comum. No terceiro nível estariam as metalinguagens epistemológicas, nas quais se operam as metodologias e, portanto, onde se localizam as ciências e suas diversas ramificações. Finalmente, a filosofia ocupa o nível quaternário de metalinguagem, e, por ser o nível superior, é capaz de falar dos métodos, da linguística, da gramática e da linguagem comum.

Essa hierarquização da linguagem pode parecer estranha e desnecessária ao leigo em ciências da linguagem, porém, este trabalho pretende demonstrar sua obrigatoriedade na construção do conhecimento, seja em pesquisa, seja na formação do graduando e, até mesmo, na formação fundamental e média. Como afirma Greimas (op.cit.), não se pode falar sobre a linguagem comum sem se servir de uma metalinguagem adequada.

A gramática, tomada como simples descrição da língua, logo, das operações inerentes ao signo linguístico, constitui um uso da língua que já transcende o uso comum. Isso implica um conjunto bastante vasto de conceitos que escapam totalmente ao uso comum. Um exemplo simples, mas eficiente, dessa questão é o conceito de “sujeito”. Na linguagem comum, ‘sujeito’ é sinônimo de pessoa do sexo masculino, geralmente possui carga pejorativa de acordo com o emprego dado à palavra. Caso se diga, por exemplo, “Aquele sujeito esteve aqui ontem.”, o emprego do termo ‘sujeito’ é sinônimo de pessoa do sexo masculino e possui certo tom negativo. Para marcar o positivo será necessário torná-lo explícito, como em “Fulano é um bom sujeito”. Considerando agora esse significado comum da palavra ‘sujeito’ em relação ao significado dessa mesma palavra no conhecimento gramatical tradicional, teríamos que “sujeito é aquele que sofre ou pratica a ação”. Quando, em sala de aula, o professor demonstra essa “nova verdade” ao estudante, a operação de constituição do valor da expressão, ou seja, a operação linguística do estudante, a enunciação operada por ele em sua memória evoca o significado comum da palavra “sujeito”.

Ora, é certo que o conceito fora dado: “sujeito é aquele que sofre ou pratica a ação”, porém, este conceito assim, desconectado do seu conjunto de conhecimento, não opera a metalinguagem da gramática. Disso decorre que o estudante não consegue apreender este conceito da maneira complexa como deveria para verdadeiramente adquirir o conhecimento almejado. Se lhe for proposta a questão “qual o sujeito da oração ‘o carro atropelou o homem?’”, não será de estranhar que o mesmo afirme que o sujeito da oração é ‘o homem’, pois, ao receber o conceito, a diferença entre o termo lexicalizado e o termo comum não foi marcada. Ou seja, não se operou a lexicalização em si, o que impede que o processo de enunciação avance além das operações linguísticas e atinja o conhecimento epistemologicamente produzido e indexado no termo conceitual.

O termo lexicalizado abriga conceitos que na linguagem comum não se encontram. Poder-se-ia chamá-lo termo-conceito, visto que, no processo enunciativo, enunciador e enunciatário necessitam realizar operação semelhante para que o enunciador possa ser compreendido. Sem conhecimento pleno do conceito em sua posição epistemológica o

estudante só pode praticar a enunciação linguística, destituída de seu caráter de conhecimento específico. Para adquirir o conceito gramatical de ‘sujeito’ é necessário elevar o estudante da linguagem comum à metalinguagem da gramática. Se essa operação não se realizar, o estudante atravessará os anos de escola e faculdade sem acessar o conceito por básico que pareça. Não poucas pessoas permanecem nesse status quo sem poder se elevar.

No Teeteto (Platão, 2007), Sócrates discute o conhecimento, o que é e como se adquire. Primeiramente, não se pode gerar conhecimento sem que se possa nomeá-lo. Algo só é conhecido quando se pode falar a seu respeito. Todo o conhecimento acumulado da humanidade só pode ser transmitido às sucessivas gerações através de sua descrição por meio da linguagem. Portanto, uma discussão, para gerar conhecimento, obriga a formulação de novos conceitos e novas palavras, bem como, o reemprego, ou ressignificação de palavras que terão seu significado, comum ou técnico, relexicalizado. Todo esse movimento, que pode ser científico ou empírico, gera conhecimento e, por conseguinte, gera metalinguagem. Se a apreensão do conhecimento novo necessita de signos que o possa manter acessível, a iniciação de um leigo em qualquer área de conhecimento deveria passar pelo desenvolvimento da metalinguagem que permitiu sua apreensão.

CONCLUSÕES

O conhecimento é uma aquisição valiosa tanto para a humanidade quanto para os indivíduos. Sua construção demanda inúmeros recursos, dentre eles, o concurso do tempo e da história. Uma epistemologia é historicamente constituída de uma infinidade de conceitos e métodos armazenáveis e transmissíveis por via da linguagem e que sempre se estabelece por meio de metalinguagens. A formação de novos pesquisadores, bem como a formação de recursos humanos em graus mais elementares deveria se pautar pela aquisição dessas metalinguagens.

Apesar do fato de que os currículos do ensino sejam desenvolvidos tradicionalmente de forma progressiva, a prática do ensino, mais das vezes, não considera a ausência natural da metalinguagem das disciplinas no iniciando. Além disso, o simples escalonamento curricular do mais elementar ao mais complexo não garante por si que o discente possa acessar de forma integral a complexidade de conceitos, teorias e métodos que, ao longo de muitos séculos, possibilitou o arranjo daquele dado conhecimento em um arcabouço aceitável.

É certo que o processo de graduação não é muito mais do que a aquisição dessa metalinguagem, além dos métodos e técnicas, evidentemente. A formação de um profissional em qualquer área, em última análise, consiste na sua aquisição da gama de conceitos em que consiste a área. Assim é que sua formação será tanto melhor quanto mais profundamente o mesmo consiga conhecer o que, da área, já é conhecido. Finalmente, podendo esse profissional percorrer livremente os meandros desse certo conhecimento, poderá também tornar-se um produtor de conhecimento, um pesquisador. Daí o sistema acadêmico ser estruturado como um sistema de formação de pesquisadores, por mais que se pretenda a técnica e a eficiência profissional.

A delimitação de uma epistemologia passa pela historiografia-linguística de sua metalinguagem. Elaborar a síntese de seus conceitos, métodos e pesquisadores, irá providenciar uma ferramenta mais arrojada para iniciação de seus novos membros que o simples escalonamento das dificuldades jamais poderia suprir. Dessa forma, ao serem introduzidos em determinada área de conhecimento, os novatos poderão açambarcar um volume de conhecimento tal que possibilite, a partir daí, seu aprofundamento sem maiores traumas.

O que se está propondo é justamente a iniciação por via da aquisição da metalinguagem. É essa que sustenta o conhecimento e permite que os profissionais possam interagir em seu domínio, tanto com o próprio saber, como com os demais profissionais da área. O neófito, introduzido por via da metalinguagem, ainda que não tenha profundidade na disciplina versada, terá condições de interação, da mesma forma, tanto com o saber em si, como com seus mestres e colegas. Sua autoconfiança será preservada uma vez que a sensação de completo despreparo tende a desaparecer rapidamente quando se consegue interagir com os textos e as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem. Além de sua capacidade de aprofundamento nos conceitos se multiplicar rapidamente, a capacidade de compreender processos e técnicas igualmente será maior e mais acelerada.

Sempre se diz que a linguagem é a base de todo conhecimento. Por isso mesmo, há uma grande preocupação em formar os estudantes nas habilidades de leitura e escritura enquanto processos sócio-cognitivos. Entretanto, uma metalinguagem é justamente um campo superior em relação à linguagem comum, e as habilidades na linguagem comum não poderão da mesma forma auxiliar de maneira decisiva o estudante. Sem uma formação adequada na metalinguagem que sustente a ciência em pauta, muitos estudantes terão tanta dificuldade em

acessar o conhecimento que, desestimulados, poderão optar pela desistência prática, ou pelo apelo legalizado da promoção vazia.

Agradecimentos

À Fundação Educacional de Goiás e à Faculdade Lions que financiaram esta pesquisa pela confiança e crédito.

Referências Bibliográficas

- ARISTOTELES. A poética clássica / Aristóteles, Horácio, Longino; trad. direta do grego e do latim por Jaime Bruna. 15ª ed. São Paulo: Cultrix: EDUSP, 2010.
- AUSTIN, J. L. How to do Things with Words. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- BENVENISTE, E. Problemas de lingüística geral I. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, E. Problemas de lingüística geral II. Campinas: Pontes, 1989.
- DERRIDA, J. Assinatura, acontecimento e contexto. In: Margens da filosofia. São Paulo: Papirus, 1991.
- Gramática do português culto falado no Brasil. Org. Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran; Ingedore Grunfeld Villaça Koch. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2006.
- GREIMAS, A. J. Semântica estrutural. Trad. Haqira Osakape; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. Trad. Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. 17ª ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- KOCH, I. G. V. A interação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 2000. 115 p.
- KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. Introdução à terminologia: teoria & prática. São Paulo: Contexto, 2004. 223 p.
- MILANI, S. E. Historiografia-lingüística de Ferdinand de Saussure. Coleção Imago, nº 1. Goiânia: Kelps, 2011.
- PLATÃO. Diálogos I: Teeteto (ou Do conhecimento), Sofista (ou Do ser), Protágoras (ou Sofistas). Bauru (SP): EDIPRO, 2007
- RODRIGUES, R. S. V. A constituição dos conceitos de língua e linguagem em Saussure e Benveniste numa perspectiva historiográfica cronológica. 2007. 102 f.: il. ; 29 cm. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2007.
- SAUSSURE, F. Curso de lingüística geral. Org. de Charles Bally; Albert Sechehaye; Albert Riedlinger. Trad. de Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 24ª ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

WITTGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. Petrópolis: Vozes, 1995.

ⁱ Aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação Stricto Senso da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás; bolsista CAPES-REUNI.